



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Portaria nº 16, de 28 de janeiro de 2013.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 18 e 36, Parágrafo único, III, “c”, da Lei nº 8.112/1990 e nos artigos 5º, III, “c” e 18 da Resolução TSE nº 23.092/2009, e

Considerando os procedimentos a serem efetivados após a homologação do resultado do VI Concurso de Remoção, a teor do item VI do Edital que regula o certame (PAE nº 148/2013);

Considerando a necessidade de manter quadro mínimo de servidores efetivos da Justiça Eleitoral no âmbito das Zonas Eleitorais, nos termos da Resolução TSE nº 21.832, de 22 de junho de 2004, **RESOLVE**:

Art. 1º Remover os servidores constantes da relação abaixo, para as localidades indicadas.

CARGO ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

SERVIDOR	ORIGEM	DESTINO
Gustavo George Araújo Giraldi D’Alma Biazzo	20ª ZE - Peixe	17ª ZE - Taguatinga
Wellington Augusto de Moura Bahe	1ª ZE - Araguaína	26ª ZE – Ponte Alta do Tocantins
Helder Ferreira Duarte	32ª ZE - Goiás	6ª ZE - Guaraí

CARGO TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

SERVIDOR	ORIGEM	DESTINO
Marden Gomes Marinho	22ª ZE – Arraias (Lotação Provisória)	22ª ZE - Arraias
André Kim Cardoso de Oliveira	31ª ZE - Arapoema	27ª ZE – Wanderlândia
Aylton Santos Ribeiro da Cruz	10ª ZE - Araguaína	19ª ZE – Natividade

Art. 2º As despesas decorrentes da mudança de sede correrão as expensas do servidor, conforme prevê o art. 23 da Resolução TSE nº 23.092/2009.

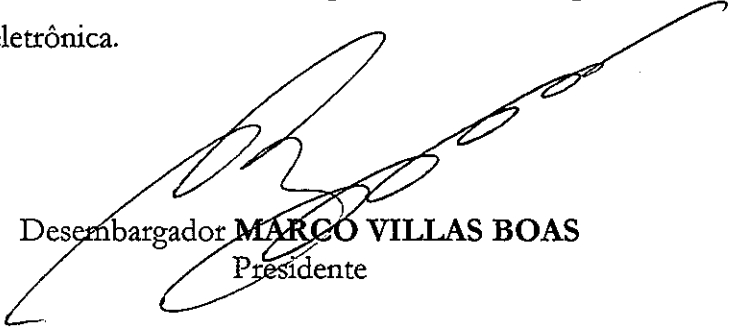
Art. 3º Conceder 10 (dez) dias de trânsito, contados da publicação desta portaria, para o servidor retomar o efetivo desempenho das atribuições do cargo na nova sede de trabalho.

§ 1º Autorizada a permanência do servidor removido no Cartório Eleitoral, por até 5 (cinco) dias úteis, com o objetivo de repassar as atribuições cartorárias, o período de trânsito passará a contar do primeiro dia útil após o término desse prazo.

§ 2º Será facultado ao servidor declinar do prazo estabelecido no *caput*.

Art. 4º Condicionar a movimentação dos servidores removidos à permanência de, pelo menos, um servidor efetivo do quadro desta Justiça Especializada na respectiva Zona Eleitoral, consoante dispõe o item VI, número 5, das disposições finais do Edital que rege o concurso.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no Diário da Justiça Eleitoral, na versão eletrônica.



Desembargador **MARCO VILLAS BOAS**
Presidente